

## Democracia e corrupção

Maria José Morgado

Quero em primeiro lugar agradecer à Associação 25 de Abril e aos promotores deste Congresso a oportunidade que me dão, de participar em tão importante iniciativa. Sinto-me muito honrada.

Sou Magistrada do MP e a minha vida é estar no Tribunal e despachar os processos que me são distribuídos pensarão alguns, e é verdade. Contudo, face ao convite que me foi dirigido acho que tinha o dever de participação cívica e de agradecimento público da acção dos Capitães de Abril – sem as alterações que provocaram com o 25 de Abril a esta hora tanto eu como o meu marido (e muitos outros) estaríamos presos, ou no intervalo de qualquer prisão por razões políticas.

Por tudo isso muito obrigada.

Sobre o tema da minha comunicação, apenas queria registar que sem o combate da corrupção e dos fenómenos associados não há verdadeira democracia.

Em Portugal não há combate à corrupção. Não há democracia?

É um tema que encerra muitos preconceitos tanto de esquerda como de direita. A esquerda que o confunde com um modelo social utópico. A direita que pura e simplesmente teme o assunto. E até a comunicação social por vezes, contribui para confusões justiceiras indesejáveis, quando baseia o interesse da denúncia numa espécie de voyeurismo dos ricos e poderosos. Curioso é que, agora timidamente, alguma direita começou a abordá-lo sob a capa de ética, ética empresarial, etc. O certo é que o combate à corrupção não é de direita nem de esquerda. É a defesa de valores fundamentais da sociedade democrática.

A corrupção é talvez mais velha do que a própria democracia.

Só que o desenvolvimento económico das últimas décadas, a globalização, o fim dos regimes totalitários criou condições especiais para o desenvolvimento do fenómeno. A velha corrupção de aldeia, do “dar um jeito”, foi sendo substituída pela corrupção como ferramenta económica ou instrumento dum poder político degradado; o crime internacional actua procurando os países mais vulneráveis para as suas práticas, o espaço europeu originou novos perigos, e agora a situação é muito perniciosa. Porque este tipo de corrupção é parasita do poder político, e não produz riqueza, travando o desenvolvimento económico. Chega mesmo a usar o poder político vulnerável como biombo para a realização dos seus interesses ilegítimos.

Em 30 anos, pouco ou nada se fez para controlar o fenómeno.

Os sinais que os tribunais enviaram para o exterior são de impunidade. A saber: as prescrições dos processos crime destinados a responsabilizar os autores dos desvios e da apropriação do FSE dos anos 80 (fundos comunitários destinados à formação profissional) constituíram uma má experiência. Os fundos foram dissipados em fins particulares, distintos daqueles aos quais se destinavam: o desenvolvimento económico do país. Não obstante verificaram-se meia dúzia de punições.

Volta e meia há uns surtos de investigações criminais, mas não passam disso mesmo.

Um outro cenário que é responsável pelo crescimento da corrupção, é o do império dos segredos -o segredo bancário, fiscal e dos dados institucionais. Estes segredos permitiram no passado que, aqueles que engordaram à custa de más práticas, conservassem os seus proventos indevidos e nunca fossem incomodados. Permitiu a impunidade. A injustiça. A desigualdade. Permitiu a inutilidade das dezenas de serviços de fiscalização em Ministérios e outros serviços. E a degradação da Administração Pública.

O segredo dos dados impulsionou a evasão fiscal. Porque as práticas da evasão fiscal não têm sido acompanhadas do necessário risco para quem se subtrai ao dever de colaborar com a justiça fiscal.

Evasão fiscal e corrupção andam de braço dado, não há dúvida. Calcula-se em 5% - 7% do PIB o valor da evasão.

Este secretismo disparatado (porque não protege nenhum interesse atendível) ajudou muito na degradação dos serviços da Administração Pública.

A degradação da Administração pública é a degradação do Estado, da legalidade e a contaminação da economia. A prática das *luvas* tem representado custos adicionais injustos para as empresas, além da perversão dos mecanismos de concorrência leal.

Temos hoje uma geração de serviços públicos que trabalha para dentro, para si própria e não para o interesse público. Perdeu-se a noção de missão pública.

Os Partidos também não deram o exemplo. Nem no Parlamento nem fora dele.

Os números oficiais da corrupção, em Portugal, não existem. São números ridículos, nas estatísticas do Ministério da Justiça. São números alarmantes nas cifras negras.

Relação de processos registados e acusados entre 1995 – 2000, segundo as estatísticas da Justiça: registados 226; Acusados 40. Cerca de 17,5%. No entanto a média dos processos acusados ano é de cerca de 30 a 40, mais ou menos.

Pagamos um preço muito elevado por isto: auto-estradas mais caras, comboios mais caros, casas mais caras, quem sabe, medicamentos mais caros, sistemas de saúde e de justiça degradados, em crise. Pagamos porventura os serviços básicos tradicionais mais caros, também por causa da incidência do fenómeno, não combatido.

A corrupção e a fraude são um travão ao investimento; estudos académicos provam que a corrupção acentua o desequilíbrio económico, paralisa a produtividade e a competitividade. É a célebre economia informal...

Portugal enquanto país pobre fica ainda mais pobre. A corrupção, sobretudo no sector público, representa um obstáculo assustador para o desenvolvimento sustentado. E perda avultada de meios públicos necessários à educação, à saúde, e à luta contra a pobreza e o desemprego.

Nessa perspectiva deve ser encarada como um abuso do poder público em proveito privado e para enriquecimento criminoso. O princípio de igualdade é atingido, irremediavelmente.

Os danos causados com a corrupção anualmente, na Europa, calculam-se em cerca de 50 milhões de Euros. Os prejuízos globais anuais estão avaliados em 3,2 biliões de Euros, o que equivale a 12% do PIB mundial.

Os países mais corruptos estão na miséria absoluta: Nigéria, Bangladesh, por exemplo.

Se isto é assim porque é que não se faz nada?

O MP tem responsabilidades que não enfrenta. Não tem um programa de combate e prevenção desta criminalidade, não tem especialização, e não há as Acusações e condenações correspondentes à percepção do fenómeno.

O Governo, seja ele qual for, não tem mostrado empenho na luta contra esta praga. Não há diagnóstico nem estudo da situação. Nem o correspondente programa político de prevenção e de repressão da corrupção e do branqueamento dos seus proventos.

Neste vazio, importante seria que as pessoas se organizassem em associações de combate à corrupção – exigindo das instituições o cumprimento das suas legítimas expectativas sobre o tratamento deste mal.

Enquanto assim não for, vamos andando ao sabor do espectáculo mediático, confundindo escândalos com combate à corrupção o que também pode ser um sinal de que a situação está fora de controlo.

E de que a Democracia é hoje uma palavra vã.